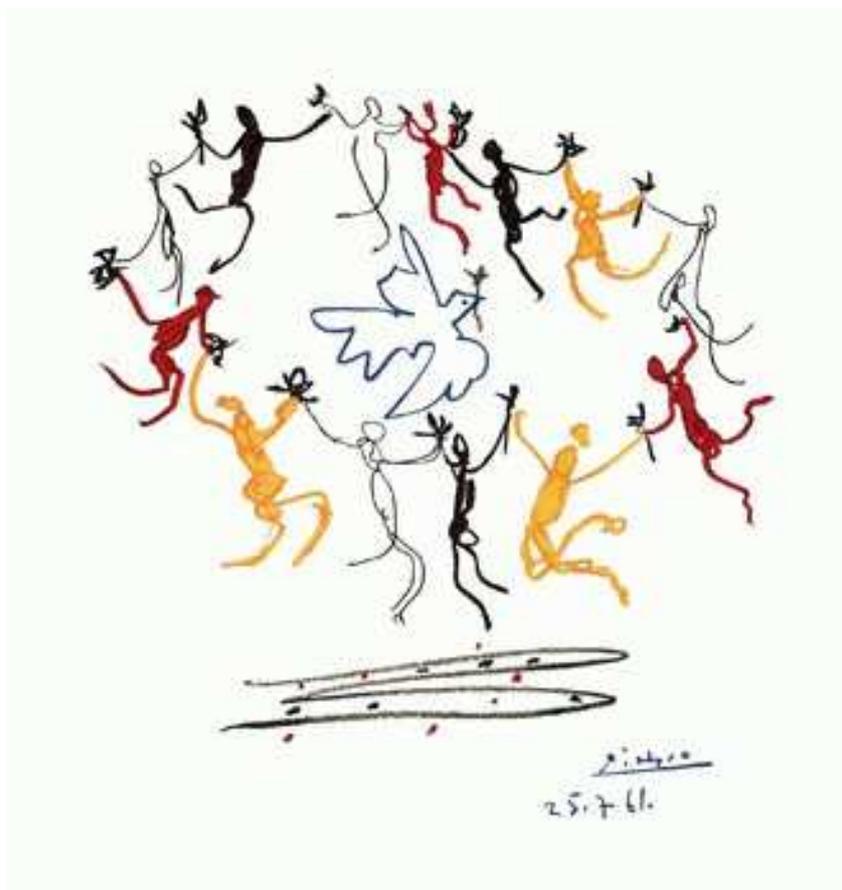


Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim



Dança da Juventude, Pablo Picasso

Projecto Educativo

Unidos na Construção de uma escola para todos

Triénio 2008/2011



ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Enquadramento normativo / contextualização histórica.....	3
3. Caracterização do Agrupamento	7
3.2 – Constituição do Agrupamento.....	9
3.2.1 - Recursos Físicos e didácticos	9
3.2.1.1. Taxas de Utilização dos recursos.....	10
3.2.2. - Recursos Humanos	10
3.2.2.1 - Pessoal Docente	11
3.2.2.2 - Pessoal não Docente	12
3.2.2.3 - Alunos	13
3.2.2.4 - Associação de Pais e Encarregados de Educação.....	16
3.2.2.5 - Outros	16
3.2.3 - Contexto Escolar	17
3.2.3.1 – Diagnóstico da situação	17
4. Princípios e valores que orientam este Projecto	19
5. Os Cenários Desejáveis	20
6. Plano de Acção	21
6.1. Plano de Formação docente e não docente	23
7. Avaliação do Projecto Educativo.....	25
8. Operacionalização do Projecto Educativo.....	26
9. Legislação aplicável.....	28
10. Bibliografia.....	29
11. Anexos (arquivados em dossier próprio)	



1. Introdução

Construir um projecto é “estabelecer um compromisso entre a situação actual delimitada pelas *fronteiras do possível* e os valores dos protagonistas do projecto que esboçam os *cenários do desejável*”

A. Carvalho, in *A Construção do Projecto de Escola*

Passadas que são duas décadas da primeira expressão de vontade da introdução do Projecto Educativo nas escolas portuguesas, no âmbito da reforma do Sistema Educativo, o Projecto Educativo de Escola surge como uma emergência para as escolas no contexto do Portugal democrático, no seguimento das próprias mudanças na sociedade portuguesa. Não é, pois, de estranhar este imperativo de que a organização escolar acompanhe as transformações políticas, sociais e tecnológicas do país, no sentido do aumento da qualidade do sistema de ensino, sendo que o conceito de Projecto Educativo de Escola está intimamente relacionado com as concepções de mudança, inovação e defesa de políticas educativas baseadas na democratização e descentralização do sistema de ensino e desenvolvimento da autonomia das escolas.

A interiorização da importância do Projecto Educativo (PE) e da sua correcta operacionalização por parte das escolas é uma condição essencial para a inovação e eficácia de qualquer organização escolar. Assim, só com o conhecimento profundo da realidade organizacional se poderá construir um Projecto Educativo que sirva os fins para que foi idealizado. Torna-se necessário, entre outros aspectos, fomentar a cultura de participação e o envolvimento dos actores escolares aliados a um clima de escola aberto e propiciador dessa mesma participação, otimizar a comunicação organizacional, diagnosticar as áreas de intervenção prioritárias, identificar a missão da escola congruente com o contexto local em que se insere e com as áreas de intervenção referidas, tendo como base as linhas orientadoras da LBSE, nomeadamente no que diz respeito aos princípios e valores.

Assim, a ideia do *desejável* está, na realidade, presente a dois níveis, quando se reflecte sobre Projecto Educativo de escola. O primeiro é o “cenário do desejável”,



de que nos fala Carvalho, que se refere ao futuro que se pretende para uma comunidade educativa quando implementa um verdadeiro projecto educativo que seja o seu reflexo (CARVALHO, 1993, pp. 32-33). O segundo, talvez mais importante porque sustenta o primeiro, é o cenário desejável de que exista nas escolas **hoje** uma convicção da real importância e utilidade do PE para se poder alcançar esse futuro desejado. Ambos têm os seus limites: as tais “fronteiras do possível” e os constrangimentos do presente e do passado. Conseguir vislumbrar estes cenários é, por isso, uma tarefa que poderá não ser de concretização fácil e rápida mas, não o sendo, sentimos que, pelos nossos alunos, devemos continuar tentar. Acresce ainda dizer que o sentimento de que com o último PE já muito se alcançou ao nível da promoção do sucesso educativo e da redução das taxas de abandono escolar, por exemplo, é um factor promotor de confiança neste PE actual. Sentimos que a futura concretização deste PE é, no fim de contas, mais um desafio que vale a pena aceitar, em prol das nossas crianças e jovens.

2. Enquadramento normativo / contextualização histórica

A primeira alusão ao PE encontra-se no Decreto-Lei nº 553/80, de 21 de Novembro, o *Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo*. No seu preâmbulo pode ler-se “Tem-se, sobretudo, em vista a criação de um conjunto coerente de normas que, sem a preocupação da exaustividade prescritiva, proporcionem estímulo e encorajamento à iniciativa particular e a desejável explicitação de projectos educativos próprios”. Assim, é conferida às escolas privadas a possibilidade de elaborarem projectos educativos próprios, que lhes permitiriam “funcionar em regime de autonomia pedagógica” (art. 34º), sem mais nenhuma explicitação conceptual.

Com a *Lei de Bases do Sistema Educativo* (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro), surge o ideário da escola portuguesa, que preconiza uma série de princípios e finalidades do sistema de ensino que servirão de inspiração aos PEE elaborados até hoje. Alguns dos princípios que se encontram consagrados na LBSE são: a democratização do ensino, a participação de todos os intervenientes no processo educativo, a ligação com a comunidade e a descentralização dos serviços, em última análise, a promoção da inovação e da mudança que deverá imitar a sociedade. Citando uma análise de conteúdo da Lei de Bases levada a cabo por Formosinho, J.



M. Alves aponta como papel primordial do sistema de ensino: a “de socialização da geração jovem e de igualização das oportunidades de acesso e sucesso educativo, sendo tais finalidades mais importantes no ensino básico” (ALVES, 1993, p.20).

Sem constituir um documento jurídico, deverão ainda ser consideradas as propostas surgidas no âmbito das actividades da Comissão de Reforma do Sistema Educativo. Na *Proposta Global de Reforma* (1988), é mais uma vez reconhecido o direito das escolas a um projecto educativo, sendo a escola entendida como comunidade educativa (cfr. COSTA, 1991, p. 59).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro, que define o *Regime Jurídico de Autonomia das Escolas*, é referido, no seu preâmbulo, que “A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projecto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere”. É também concretizado que “O projecto educativo traduz-se, designadamente, na formulação de prioridades de desenvolvimento pedagógico, em planos anuais de actividades educativas e na elaboração de regulamentos internos para os principais sectores e serviços escolares” (Art. 2º, nº 2, do referido Decreto-Lei). Com este Decreto-Lei, o conceito de PE surge, assim, estreitamente ligado à noção de autonomia das escolas, e acrescenta a necessidade de ser construído “em benefício dos alunos e com a participação de todos os intervenientes no processo educativo” (Art. 2º, nº 1, do referido Decreto-Lei), assim como a necessidade de consubstanciar o PE no Plano Anual de Actividades e no Regulamento Interno.

Voltam a surgir referências ao Projecto Educativo no Decreto-Lei 172/91, de 10 de Maio, que estabelece os órgãos de direcção e gestão das escolas do ensino básico e secundário, onde é delineado finalmente o percurso a respeitar na concretização do PE desde a sua concepção à sua aprovação. Assim, determina-se que é o Conselho Pedagógico que elabora e propõe o PE (Art. 32º), que compete ao director executivo submeter à aprovação do conselho de escola o projecto educativo da escola (artº 17º, ponto 1) e que por sua vez compete ao conselho de escola aprovar o projecto educativo da escola (artº 8º, ponto 1, alínea d).

Em 1993, o conceito de PE surge mais completo no Anexo ao Despacho 113/ME/93, de 23 de Junho, que encerra o *Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação*. Neste documento, na sua Medida 5, relativa ao desenvolvimento de projectos educativos e pedagógicos de escolas em áreas prioritárias, é definido que o projecto educativo da escola é um instrumento



aglutinador e guia da acção educativa que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados. Introduce-se, assim, a necessidade de fazer diagnóstico dos problemas, elencar os recursos utilizáveis e apresentar soluções possíveis para os problemas enunciados.

Mais próximo de nós, é publicado o Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99 de 22 de Abril, que definia o *Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas dos Ensinos Básico e Secundário*, agora revogado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril. Segundo este Decreto-Lei, o projecto educativo é visto como um dos instrumentos de autonomia, é “o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa” (Capítulo II, art. 9º, ponto 1, alínea a). Quanto ao percurso a respeitar na elaboração do PE: ao Conselho Pedagógico compete “Elaborar a proposta de projecto educativo a submeter pelo director ao conselho geral” (Capítulo III, subsecção III, art. 33º, alínea a); ao conselho geral compete “Aprovar o projecto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução” (Capítulo III, Art. 13º, ponto 1 alínea c).

Em jeito de conclusão deste sub capítulo, numa tentativa de contextualizar e justificar o aparecimento da figura do PE, diríamos que da década de oitenta a esta parte, as políticas educativas têm vindo no sentido da descentralização das escolas, participação da comunidade educativa, intervenção no meio envolvente e reconhecimento da autonomia das escolas, sendo que tudo isto deve ser consubstanciado num projecto educativo de escola próprio, que vem alterar a situação vigente até aquela altura, em que as escolas se regiam por um “projecto educativo nacional” que pretendia garantir a “coerência nacional da política educativa” (MACEDO, 1995, pp. 70-71). Hoje ainda nos regemos pelo que podemos chamar de projecto educativo nacional – a LBSE, mas esta permite a concepção de Projectos Educativos de Escola, que devem adaptar o estipulado naquela às realidades das escolas. Nas palavras de A. P. Rocha, “Um dos pilares da (...) Reforma Educativa é a mudança da própria concepção de escola: pretende-se que a escola deixe de ser serviço local do Estado e se transforme em Comunidade Educativa”, daí que seja “fundamental que se torne sensível e consciente do que foi, é e deseja ser”, e tenha “capacidade de mudança e de inovação” (ROCHA, 1998,



p.8), pelo que o projecto educativo surge como o principal instrumento das escolas no sentido desta autonomia e mudança preconizadas na lei. Também Formosinho apresenta um discurso idêntico, no prefácio ao livro de J. A. Costa, quando diz que "O projecto educativo é o instrumento organizacional de expressão da vontade colectiva desta escola-comunidade educativa, é um documento que dá sentido útil à participação, é a corporização operativa da autonomia da escola comunidade. Assim, projecto educativo, comunidade educativa, direcção, participação, autonomia, são conceitos que se relacionam intimamente e são a arquitectura conceptual de uma nova concepção de escola" (COSTA, 1991, p 5).



3. Caracterização do Agrupamento

3.1 - O Meio

O Agrupamento de Escolas de Fazendas Almeirim serve a população das freguesias de Fazendas de Almeirim e Raposa, rondando os 7 mil habitantes.

A localidade de Fazendas de Almeirim, que existe desde 1956, ocupa uma área de aproximadamente 55 km², abrangendo também Marianos e Paço dos Negros.

Nesta localidade, em tempos denominada de “Charneca de Almeirim”, a principal actividade económica continua a ser a agricultura, principalmente a cultura de árvores de fruto, cortiça e da vinha, produção de morango, batata e tomate com predomínio de pequena propriedade, daí o nome actual de «Fazendas». Também se encontra algum comércio e, em número reduzido, pequenas e médias empresas e fábricas, nomeadamente de construção civil, mecânica e de serração de madeiras.

Fazendas de Almeirim é hoje uma freguesia em franca expansão onde encontramos uma população já com alguma heterogeneidade vinda dos mais variados lugares não só de Portugal como também do estrangeiro, principalmente dos Países de Leste e Brasil. Há ainda a salientar o bairro social AMCOFA, de onde vêm uma grande parte das crianças oriundas de famílias que evidenciam problemas socio-económicos.

Tem boas vias de comunicação, estruturas de saneamento básico e encontra-se muito próxima não só da sede do Concelho – Almeirim, da qual dista apenas 5km como também da capital do distrito – Santarém, que se situa a uns escassos 12km.

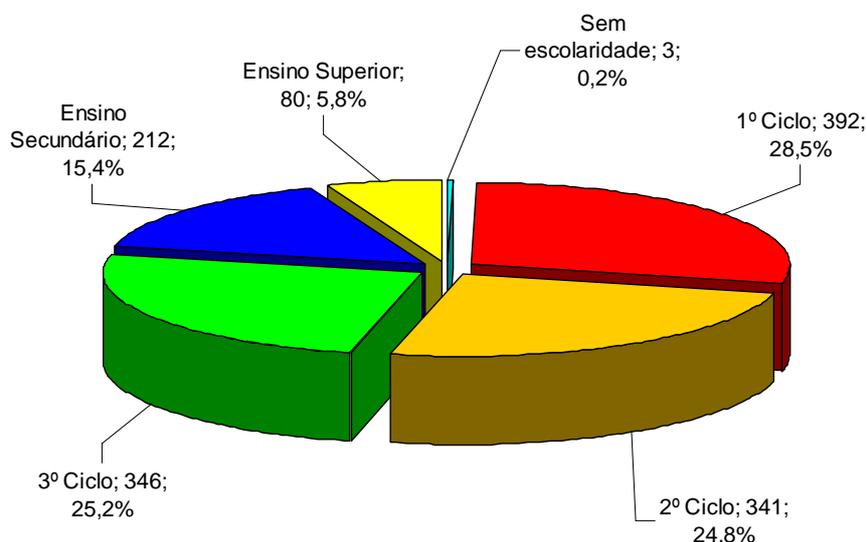
Relativamente aos serviços existe um Centro de Dia, creche, Centro Paroquial, três extensões do Centro de Saúde de Almeirim, banco, farmácia, centro cultural, posto de internet e estabelecimentos comerciais já mencionados. Há também várias colectividades – Associações Desportivas, Atletismo dos Amigos de Fazendas de Almeirim, Clube de Amadores de Pesca do Ribatejo, Ranchos Folclóricos Adultos e Infantis, Velha Guarda do Folclore de Fazendas de Almeirim, Corpo Nacional de Escutas e Centros de Estudos.

A Freguesia de Raposa foi constituída em 1836, servida pela EN 114, entre Almeirim e Coruche. São pólos de atracção turística, o Convento da Serra, a Igreja, Casa da Cultura, e um acolhedor Parque de Merendas muito bem situado junto à



Ribeira de Muge. Raposa dispõe de uma extensão do Centro de Saúde, uma associação cultural e desportiva – Grupo Desportivo Raposense, e dois grupos folclóricos infantil e adulto "Os Camponeses" da Raposa. A sua principal actividade económica é a agricultura, com destaque para o cultivo de arroz. Tem também uma área florestal razoável, com eucaliptos, pinheiros e sobreiros para extracção de cortiça.

Quanto aos níveis de escolaridade da população, focalizámos a nossa atenção nos pais e encarregados de educação dos alunos matriculados no agrupamento e os resultados do levantamento de informação podem ser observados no gráfico seguinte:



Comparativamente com os dados de 2005, verificam-se algumas pequenas alterações, todas no sentido do aumento da escolaridade dos pais e encarregados de educação. Veja-se uma tabela comparativa (dados arredondados):

Escolaridade	Dados de 2005	Dados de 2008
Sem escolaridade	0%	0,2%
1º Ciclo	33%	28,5%
2º Ciclo	29%	24,8%
3º Ciclo	21%	25,2%
Ensino Secundário	12%	15,4%
Ensino Superior	5%	5,8%



3.2 – Constituição do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim é um agrupamento vertical criado pela Portaria nº 549/98 de 19 de Agosto, cuja escola sede é a Escola Básica de 2º e 3º Ciclos de Fazendas de Almeirim. Este Agrupamento abrange a comunidade educativa de toda a freguesia de Fazendas de Almeirim e ainda da freguesia da Raposa. Está inserido na Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, na região do Ribatejo, distrito de Santarém e concelho de Almeirim, situando-se na margem esquerda do rio Tejo, numa zona com características geográficas, económicas e sociais muito próprias.

Este Agrupamento é constituído pelos seguintes estabelecimentos de ensino:

- Escola EB 2, 3 de Fazendas de Almeirim, a Escola Sede;
- Escola EB 1 de Fazendas de Almeirim;
- Escola EB 1 de Paço dos Negros;
- Escola EB 1 de Marianos (com autorização especial de funcionamento);
- Escola EB 1 de Raposa;
- JI de Fazendas de Almeirim nº 1;
- JI de Fazendas de Almeirim nº 2;
- JI de Paço dos Negros;
- JI de Marianos;
- JI de Raposa.

3.2.1 - Recursos Físicos e didácticos

A escola sede é constituída por um edifício principal de dois pisos previsto para o funcionamento de 24 turmas, Biblioteca e Centro de Recursos, um Pavilhão Polidesportivo, um campo polidesportivo, balneários e bonitas zonas verdes. Por ser uma escola recente, tem boas instalações e condições de funcionamento. Relativamente às escolas de 1º ciclo e jardins-de-infância, tendo já transcorrido 50 anos desde a sua construção, apresentam uma realidade bastante diferente, tendo sido necessário também o recurso a monoblocos. Está previsto, no entanto, um Centro Escolar que servirá alguma desta população escolar, prevendo-se o seu funcionamento para 2010/2011.



Relativamente aos recursos didácticos, pode-se hoje dizer que as escolas já se encontram minimamente equipadas com vários recursos, nomeadamente:

- Títulos: o acervo foi enriquecido com o Plano Nacional de Leitura e o projecto da Fundação Calouste Gulbenkian "Ler para Aprender" a que se candidatou o 1º ciclo;
- Computadores e outro material informático (sala TIC, sala de informática, computadores portáteis, computadores recuperados distribuídos pelas escolas de 1º ciclo e jardins de infância, 3 projectores, 4 quadros interactivos);
- Material audiovisual
- Material manipulável e software adquiridos no âmbito do Plano de Acção para a Matemática.

3.2.1.1. Taxas de Utilização dos recursos

De acordo com o levantamento feito, os recursos disponíveis tiveram, de uma forma geral, boas taxas de utilização. No entanto, no que respeita à utilização dos Quadros Interactivos, esta foi levada a cabo por um número restrito de professores que tiveram acesso a formação específica nesta área, ainda que insuficiente. É uma área, portanto, a necessitar de intervenção.

3.2.2. - Recursos Humanos

Caracterizamos, agora, os vários elementos que compõem os recursos humanos do agrupamento:

3.2.2.1- Pessoal Docente.

3.2.2.2- Pessoal Não Docente.

3.2.2.3 -Alunos.

3.2.2.4 -Associação de Pais e Encarregados de Educação.

3.2.2.5- Outros parceiros (comunidade local e autarquia).



3.2.2.1 - Pessoal Docente

As tabelas seguintes discriminam por categoria e nível de ensino, o corpo docente do agrupamento.

Pré -escolar

Categoria/ Vinculo Pré- Escolar	Professores Titulares	Professores de Quadro	Professores em regime de Contrato
J.I. Faz. nº1	1	0	0
J.I. Faz. nº2	1	2	0
J.I. P. Negros	1	0	0
J.I. Marianos	0	1	0
J.I. Raposa	0	1	0
Total	3	4	0

1º Ciclo

Categoria/ Vinculo 1ºCiclo	Professores Titulares	Professores de Quadro	Professores em regime de Contrato
E,B 1º Faz.	2	11	4
E,B - P.Neg.	1	1	1
E,B Marianos	0	0	2
E.B. Raposa	0	1	0
Total	3	13	7

2º e 3º Ciclo

Categoria/ Vinculo 2º e 3º Ciclos	Professores Titulares	Professores de Quadro	Professores em regime de Contrato
2º Ciclo	0	14	2
3º Ciclo	2	23	9
Total	2	37	11



Educação Especial / Apoios Educativos (1º ciclo)

Categoria/ Vínculo	Professores Titulares	Professores de Quadro	Professores Contratados	Técnico de serviço especializado
Ed. Especial	0	3	0	1
Apoios Educ.	0	1	1	0
Total	0	4	1	1

Pela observação dos quadros, constata-se o seguinte:

- Na sequência dos concursos plurianuais, verifica-se que há hoje uma maior estabilidade do corpo docente.
- Verifica-se que o número de docentes a nível da Educação Especial é insuficiente para satisfazer as necessidades do agrupamento, sentido pela última avaliação interna realizada.

3.2.2.2 - Pessoal não Docente

Pessoal Administrativo em 2007/08

Vínculo	Efectivos	Em regime de Contrato	Total
Habilitações			
3.º Ciclo	2	0	2
Ens. Secundário	2	1	3
Ens. Superior	0	1	1
Total	4	2	6

Pessoal Auxiliar em 2007/08

Vínculo	Efectivos	Em regime de Contrato	Total
Habilitações			
1.º Ciclo	8	3	11
2.º Ciclo	1	2	3
3.º Ciclo	6	13	19
Ens. Secundário	1	1	2
Total	16	19	35



3.2.2.3 - Alunos

O agrupamento abrange no ano lectivo 2007/08 cerca de 773 alunos (desde o ensino pré-escolar até ao 9.º ano de escolaridade), distribuídos da seguinte forma:

Pré-escolar/D.L.3/2008

Escola	Alunos	Aluno ao abrigo do D.L. 3/2008
Raposa	16	0
Marianos	8	0
Paço dos Negros	25	1
Fazendas nº1	25	1
Fazendas nº2	38	0
Total	112	2

1.º, 2.º e 3.º Ciclos/D.L.3/2008

Ciclo	Escola	Aluno	Aluno ao abrigo do D.L. 3/2008
1.º ciclo*	Raposa	10	0
	Marianos	14	3
	Paço dos Negros	45	2
	Fazendas	242	12
2.º Ciclo	Escola sede	133	6
3.º Ciclo		194	4
CEF		29	0
Total		773	27

* Existem escolas do 1.º ciclo cujas turmas incluem alunos de vários anos de escolaridade.



Evolução das taxas de progressão/conclusão e retenção desde 2004/2005:

Em relação aos resultados escolares no ano lectivo 2007/2008 verifica-se uma taxa de sucesso (nº de transições/aprovações no final do ano) de 91,77%, distribuindo-se da seguinte forma, por ano de escolaridade:

Ano de Escolaridade	Percentagem de sucesso (%) 2007/2008	Percentagem de sucesso (%) 2004/2005
1º Ano	100	100
2º Ano	98.72	78
3º Ano	91.67	86
4º Ano	97.23	86
5º Ano	91.60	93
6º Ano	93.10	87
7º Ano	80.90	76
8º Ano	85.90	81
9º Ano	78.57	53
CEF - T3	100	----
Total	91,77	82,2

Registam-se taxas de sucesso elevadas de um modo geral, e em consonância, baixas taxas de retenção. Regista-se, também, no 9º ano, a taxa mais elevada de retenção (21,43%), apesar de ter havido uma evolução positiva relativamente a 2004/2005.

Numa análise comparativa observa-se uma melhoria de **9,57%** no sucesso escolar em relação ao ano lectivo 2004/2005 (dados do último Projecto Educativo). O 5º ano foi o único ano de escolaridade onde não se verificou evolução positiva, embora a descida seja pouco significativa.

Esta análise permite concluir que o Projecto Educativo anterior obteve alguma concretização ao nível dos resultados escolares, já que um dos seus objectivos era a promoção do sucesso educativo.



Taxas de sucesso

(Mapas comparativos do sucesso do 3º Período, por disciplina, ano de escolaridade e ciclos, de 2º e 3º ciclos entre 2005/2006 e 2007/2008 - último triénio)

5º Ano

Discip.	LP	Ing.	HGP	MAT	CN	EVT	EM	EF	EMRC	AP	Média
Anos											
05/06	87,88%	81,82%	83,33%	83,33%	80,30%	95,45%	89,39%	100,00%	100,00%	100,00%	90,15%
06/07	94,92%	81,36%	83,05%	81,03%	88,14%	100,00%	93,22%	89,83%	100,00%	100,00%	91,16%
07/08	95,45%	81,82%	92,42%	84,85%	92,42%	92,42%	93,94%	84,85%	98,21%	100,00%	91,64%
Média	92,75%	81,67%	86,27%	83,07%	86,95%	95,96%	92,18%	91,56%	99,40%	100,00%	90,98%

6º Ano

Discip.	LP	Ing.	HGP	MAT	CN	EVT	EM	EF	EMRC	AP	Média
Anos											
05/06	94,25%	82,76%	91,95%	72,41%	94,25%	93,18%	89,77%	96,59%	96,61%	98,85%	91,06%
06/07	96,97%	84,85%	80,30%	77,27%	90,91%	98,48%	93,94%	96,97%	100,00%	93,94%	91,36%
07/08	90,62%	84,37%	96,87%	76,56%	98,44%	98,44%	93,75%	93,75%	100,00%	98,44%	93,12%
Média	93,95%	83,99%	89,71%	75,41%	94,53%	96,70%	92,49%	95,77%	98,87%	97,08%	91,85%

7º Ano

Discip.	LP	Ing.	Fr.	HIS	GEO	MAT	CN	FQ	EV	EM	ET	EF	EMRC	AP	Média
Anos															
05/06	65,75%	61,64%	61,64%	83,56%	75,34%	83,56%	82,19%	84,93%	94,44%	97,22%	95,83%	90,28%	97,96%	97,26%	83,69%
06/07	75,86%	83,72%	82,56%	87,36%	83,91%	66,67%	66,67%	65,52%	87,36%	95,40%	81,40%	75,86%	98,21%	96,55%	81,93%
07/08	68,83%	46,75%	66,23%	70,13%	97,40%	59,74%	66,23%	81,82%	94,81%	90,91%	93,51%	97,40%	97,78%	97,40%	80,64%
Média	70,15%	64,04%	70,14%	80,35%	85,55%	69,99%	71,70%	77,42%	92,20%	94,51%	90,25%	87,85%	97,98%	97,07%	82,09%

8º Ano

Discip.	LP	Ing.	Fr.	HIS	GEO	MAT	CN	FQ	EV	EM	ET	EF	EMRC	AP	Média
Anos															
05/06	55,22%	79,10%	65,67%	85,07%	88,06%	62,69%	84,85%	80,60%	94,03%	96,97%	91,04%	94,03%	100,00%	95,52%	83,78%
06/07	59,02%	63,93%	70,49%	77,05%	90,16%	54,10%	91,80%	72,13%	98,36%	95,08%	81,37%	91,80%	94,44%	98,36%	81,29%
07/08	67,57%	82,43%	75,68%	90,54%	89,19%	63,51%	85,14%	68,92%	95,95%	98,65%	98,63%	86,49%	100,00%	100,00%	85,91%
Média	60,60%	75,15%	70,61%	84,22%	89,14%	60,10%	87,26%	73,88%	96,11%	96,90%	90,35%	90,77%	98,15%	97,96%	83,66%

9º Ano

Discip.	LP	Ing.	Fr.	HIS	GEO	MAT	CN	FQ	EV	TIC	EF	EMRC	AP	Média
Anos														
05/06	69,70%	83,33%	92,42%	93,94%	86,36%	77,27%	92,42%	83,33%	96,97%	100,00%	89,39%	97,92%	96,97%	89,23%
06/07	63,79%	79,31%	70,69%	91,38%	98,28%	55,17%	91,38%	65,52%	96,75%	100,00%	94,83%	100,00%	100,00%	85,16%
07/08	76,19%	80,95%	88,10%	88,10%	97,62%	69,05%	100,00%	90,48%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	91,58%
Média	69,89%	81,20%	83,74%	91,14%	94,09%	67,16%	94,60%	79,78%	97,91%	100,00%	94,74%	99,31%	98,99%	88,66%



2ºCiclo

Discip. Anos	LP	Ing.	HGP	MAT	CN	EVT	EM	EF	EMRC	AP	Média
05/06	91,50%	82,35%	88,24%	77,12%	88,24%	94,16%	89,61%	98,05%	98,25%	99,35%	90,69%
06/07	96,00%	83,20%	81,60%	79,03%	89,60%	99,20%	93,60%	93,60%	100,00%	96,80%	91,26%
07/08	93,08%	83,08%	94,62%	80,77%	95,38%	95,38%	93,85%	89,23%	99,01%	99,23%	92,36%
Média	93,53%	82,88%	88,15%	78,97%	91,07%	96,25%	92,35%	93,63%	99,09%	98,46%	91,44%

3º Ciclo

Discip. Anos	LP	Ing.	Fr.	HIS	GEO	MAT	CN	FQ	EV	EM	ET	TIC	EF	EMRC	AP	Média
05/06	63,59%	74,27%	72,82%	87,38%	83,01%	74,76%	86,34%	83,01%	95,12%	97,10%	93,53%	100,00%	91,22%	98,60%	96,60%	86,49%
06/07	67,48%	76,59%	75,61%	85,44%	89,81%	59,71%	81,07%	67,48%	94,17%	95,27%	81,63%	100,00%	85,92%	97,64%	98,06%	83,73%
07/08	69,95%	70,04%	76,67%	81,87%	94,30%	63,21%	80,83%	78,76%	96,37%	94,70%	96,00%	100,00%	93,78%	99,12%	98,97%	86,30%
Média	67,01%	73,63%	75,03%	84,90%	89,04%	65,89%	82,75%	76,42%	95,22%	95,69%	90,39%	100,00%	90,31%	98,45%	97,88%	85,51%

3.2.2.4 - Associação de Pais e Encarregados de Educação

A Associação de Pais e Encarregados de Educação, através dos seus representantes, tem colaborado de forma activa e positiva na dinâmica do Agrupamento, através da sua participação nos órgãos de administração e gestão (Conselho Pedagógico e Assembleia de Escola, doravante Conselho Geral), mas também no reforço de solicitações a órgãos autárquicos, sempre que estas visam a melhoria das condições de funcionamento das escolas. No entanto, tem-se debatido com o problema da desmotivação dos pais em participar neste órgão. Apesar do número de associados se encontrar perto da centena, a presença sistemática em reuniões é reduzida.

3.2.2.5 – Outros parceiros

São também parceiros educativos importantes as seguintes entidades:

- Autarquia (Câmara Municipal e Junta de Freguesia);
- Equipa de Apoio às escolas;
- Centro de Formação Pedagógica ao qual o Agrupamento está vinculado – Centro de Formação de Escolas de Lezíria do Tejo.
- Escola Superior de Educação de Santarém;
- Escola Superior de Enfermagem de Santarém;
- Centro de Saúde;



- Escola Segura;
- CRIAL;
- Empresas locais;
- Outros Agrupamentos;
- Comunidade Local (entidades com assento no Conselho Geral):
 - Centro de Formação Agrícola de Almeirim – Herdade dos Gagos;
 - Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim;
 - Associação Desportiva Fazendense.

3.2.3 - Contexto Escolar

3.2.3.1 – Diagnóstico da situação

Da análise realizada à última avaliação interna e consulta a toda a comunidade educativa conclui-se que existem bastantes pontos fortes, mas também alguns a melhorar, passíveis de intervenção por parte dos actores escolares. Começamos por elencar os pontos fortes:

- O Conselho Executivo gere bem os recursos humanos e materiais, divulga a informação necessária, cumpre e conhece as normas da legislação em vigor e envolve a comunidade educativa nas tomadas de decisão;
- Os Docentes e Encarregados de Educação estão informados sobre as actividades desenvolvidas no Agrupamento;
- Os Conselhos de Docentes, Ano, Departamentos e Directores de Turma funcionam bem, existe transversalidade entre as áreas de conteúdo, construção de instrumentos de avaliação e discussão e planificação das várias actividades;
- Existe uma boa articulação curricular entre ciclos;
- Existe diversidade na planificação e estratégias das aulas;
- As visitas de estudo são feitas com o objectivo de facilitar as aprendizagens de determinados conteúdos programáticos;
- A relação pedagógica entre professores e alunos é boa;
- São desenvolvidas actividades estratégicas e de articulação entre os professores do Ensino Especial, Apoios educativos e os restantes professores com vista à superação de dificuldades;



- Os Directores de Turma efectuem bom acompanhamento às suas turmas;
- Existe um bom clima de trabalho e boas condições de trabalho, principalmente nos 2º e 3º Ciclos;
- Há controle de entradas e saídas nos espaços escolares, tendo em vista a segurança dos alunos;
- Há preocupação na conservação das instalações;
- Os serviços da Escola Sede (Bar, Refeitório, Reprografia, Papelaria e BE/CRE) são eficazes;
- Os Encarregados de Educação valorizam o esforço dos Professores e Auxiliares para ajudarem os seus educandos;
- Os alunos sentem-se em segurança na Escola, têm uma imagem muito positiva da mesma, dos Professores e do trabalho desenvolvido;
- Os Auxiliares de Acção Educativa consideram haver um bom ambiente de trabalho e estão receptivos a mais formação.

Quanto aos pontos fracos salientam-se os seguintes:

- Pouco investimento na formação pessoal, cultural e literária por parte dos alunos;
- Carência de algumas práticas de cidadania que conduzam ao cumprimento integral de regras de comportamento e estabelecimento de relações sociais saudáveis por parte dos alunos;
- Défice de hábitos e estilos de vida saudável por parte dos alunos;
- Apesar da diminuição do abandono escolar, há persistência de alguns casos isolados;
- Dificuldades na utilização de novos recursos interactivos por parte dos professores;
- Fraco envolvimento dos pais/Encarregados de Educação na vida escolar dos seus Educandos;
- Insuficiente valorização da escola como veículo para a promoção pessoal, profissional, cultural e social por parte das famílias;
- Fraca participação dos pais/Encarregados de Educação na Associação de Pais;
- Falta de Apoios Educativos no pré-escolar e 1º ciclo;
- Falta de discussão do Plano de Emergência no pré-escolar e 1º Ciclo;



- Falhas na circulação de informação por parte dos Serviços Administrativos;

4. Princípios e valores que orientam este Projecto





5. Os Cenários Desejáveis

Perante a situação apresentada anteriormente, afigura-se-nos necessário intervir, desenvolvendo um plano de acção, que permita ultrapassar alguns problemas identificados.

Pretende-se, assim:

- Continuar a motivar os alunos para as aprendizagens;
- Desenvolver o gosto pelo saber;
- Levar os alunos a perspectivarem a escola como uma janela de oportunidades futuras;
- Promover práticas de cidadania que conduzam ao cumprimento integral de regras de comportamento e estabelecimento de relações sociais saudáveis por parte dos alunos;
- Proporcionar o reconhecimento da importância social e cultural da escola por parte de encarregados de educação e alunos;
- Desenvolver hábitos e estilos de vida saudável por parte dos alunos;
- Incentivar os encarregados de educação/pais a participar nas actividades promovidas pela escola;
- Proporcionar formação que vá de encontro às áreas identificadas como deficitárias.



6. Plano de Acção

ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS	OBJECTIVOS/METAS A ATINGIR	ESTRATÉGIAS	PARCEIROS ENVOLVIDOS
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">ALUNOS</p> <p>Aprendizagem</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Continuar a combater o abandono escolar, para atingir tendencialmente a taxa de 0%. 2. Contribuir para manter ou melhorar a taxa de sucesso global. Nas disciplinas com taxa de sucesso inferior a 80%, melhorar em 1% o sucesso relativamente à média do triénio 2005/2008 Contribuir para reduzir a diferença entre a avaliação interna e externa a Língua Portuguesa e Matemática de 6º e 9º anos. 3. Continuar a oferecer Formação diversificada 4. Adequar estratégias aos alunos com necessidades educativas de carácter permanente 5. Continuar a motivar os alunos para as aprendizagens 6. Promover o gosto pelo saber e literacia 7. Levar os alunos a perspectivarem a escola como uma janela de oportunidades futuras 8. Promover práticas de cidadania que conduzam ao cumprimento integral de regras de comportamento e estabelecimento de relações sociais saudáveis por parte dos alunos 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de Educação e Formação de Jovens e Adultos (CEF e EFA) • Utilizar práticas educativas adequadas ao contexto turma • Aplicar medidas educativas capazes de promover a aprendizagem participação e inclusão dos alunos • Desenvolvimento de actividades diversificadas com recursos inovadores: <ul style="list-style-type: none"> - Visitas de estudo; - Colóquios /Palestras; - Seminários; - Concursos; - Estabelecimento de parcerias e intercâmbios pedagógicos. • Aulas e actividades de substituição / Actividades de Enriquecimento Curricular • Actividades promovidas pela BECRE <p>Projectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano de Acção para a Matemática; • Plano Nacional da Leitura/Ler para Aprender; • Novos Programas do Português do Ensino Básico; • PTE; • Projecto Testes Intermédios; • "Ciência na Escola" da Fundação Ilídio Pinho; • Janela Aberta para as Ciências (pré e 1º CEB); • Pet 21 (1º CEB); • Projectos em parceria com o CRIAL: "Almofadinhas" e "Trampolim" • Projecto Unidade de Multideficiência e Surdocegueira Congénita • Actividades no âmbito das ACND • Encontros Inter escolas de EMRC 	<p>Alunos;</p> <p>Professores;</p> <p>Pais / EE e Associação de Pais</p> <p>Educação Especial e Serviço de Psicologia</p> <p>Pessoal não Docente</p> <p>Parceiros com os quais se estabeleceram protocolos / parcerias</p>



			<p>Projectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto de Educação para a Saúde; • Desporto Escolar; • Projectos em parceria com o CRIAL: "Almofadinhas" e "Trampolim"; • Projecto Unidade de Multideficiência e Surdocegueira Congénita; • Regime de Fruta Escolar; • Projecto "República nas Escolas"; • Clube Europeu; • Clube "Reciclar para o nosso Planeta Salvar" / Escola Electrão; • Clube "Atelier Educar pela Arte"; • Actividades promovidas pela BECRE; • Parcerias 	<p>Alunos</p> <p>Professores</p> <p>Pessoal não Docentes</p> <p>Pais / EE e Associação de Pais</p> <p>Autarquia e Comunidade Local</p>
Encarregados de Educação	<p>Valorização da Escola e Participação activa na vida escolar dos educandos</p>	<p>9. Promover o cumprimento de regras no espaço escolar</p> <p>10. Desenvolver hábitos e estilos de vida saudável por parte dos alunos</p> <p>11. Promover o reconhecimento da Escola como modo de promoção social e cultural</p> <p>12. Incentivar os encarregados de educação/pais a participar nas actividades promovidas pelo Agrupamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar, em todos departamentos e Conselhos, actividades culturais, lúdicas e recreativas dirigidas aos pais/EE; • Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA); • Actividades previstas no PAA que envolvem pais e E.E.; <p>Projectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto de Educação para a Saúde; • Curso de Educação Extra-escolar: "TIC para Encarregados de Educação" 	<p>Professores</p> <p>Pessoal não Docentes</p> <p>Pais / EE e Associação de Pais</p> <p>Autarquia e Comunidade Local</p>
DOCENTES	<p>FORMAÇÃO</p>	<p>13. Adquirir formação nas áreas identificadas como deficitárias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a prática da interdisciplinaridade e articulação curricular • Melhorar a prática pedagógica • Partilhar experiências pedagógicas • Criar grupos de trabalho • Reflectir sobre temas pedagógicos 	<p>Pessoal docente</p> <p>Centro de Formação e outras entidades</p>
NÃO DOCENTES	<p>FORMAÇÃO</p>	<p>14. Adquirir formação nas áreas identificadas como deficitárias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a prática profissional • Melhorar as relações interpessoais 	<p>Pessoal não docente</p> <p>Centro de Formação e outras entidades</p>



6.1. Plano de Formação docente e não docente

De acordo com a identificação das necessidades e problemas deste agrupamento, pretende-se concretizar o seguinte plano de formação docente e não docente.

Plano de Formação Docente

Áreas de Intervenção prioritária	Modalidade	Nº Formandos	Caracterização	Horas/UC
Tecnologias de Informação e Comunicação	Oficina De formação	Entre 10 e 20	Iniciação e produção de materiais pedagógicos no âmbito dos quadros interactivos	25h + 25h/2UC
	Oficina De formação	Entre 10 e 20	Iniciação e produção de materiais pedagógicos no âmbito da plataforma Moodle	25h + 25 h/2UC
	Curso	Entre 20 e 30	Aquisição de conhecimentos teóricos e práticos em Excel	25h/1UC
	Oficina De formação	Entre 10 e 20	Aquisição de conhecimentos teóricos e práticos em Webquest	25h + 25h/2UC
	Oficina De formação	Entre 10 e 20	Iniciação e produção de materiais pedagógicos a nível de apresentações electrónicas (powerpoint, flash, etc)	25h + 25h/2UC
Áreas Curriculares não Disciplinares	Curso	Entre 20 e 30	Aquisição de conhecimentos teóricos e práticos sobre metodologia de projecto	25h/1UC
Prática Pedagógica	Curso	Entre 20 e 30	Aquisição de conhecimentos sobre colocação de voz e postura na sala de aula	25h/1UC
Áreas disciplinares específicas	De acordo com as opções individuais de cada um			

No quadro das novas políticas educativas, torna-se ainda premente obter formação no âmbito da Avaliação do Desempenho Docente.



Plano de Formação Não Docente

Áreas de Intervenção prioritária	Modalidade	Nº Formandos	Caracterização	Horas
Gestão administrativa na área de alunos	Curso	Entre 20 e 30	Aquisição de conhecimentos teóricos e práticos	25h
Bibliotecas escolares	Oficina de Formação	Entre 10 e 20	Aquisição de conhecimentos teóricos e práticos: <ul style="list-style-type: none"> • catalogação; • empréstimo; • pesquisa; • indexação; • animação da leitura 	25h + 25h
Segurança na escola	Curso	Entre 20 e 30	Aquisição de conhecimentos teóricos e práticos	25h

A concretização destas formações será levada a cabo tanto pelo Centro de Formação ao qual o agrupamento está vinculado como por outras entidades, nomeadamente do ensino superior.



7. Avaliação do Projecto Educativo

Compete ao Conselho Geral, de acordo com o estipulado no D.L. n.º 75/2008 de 22 de Abril, efectuar o acompanhamento e avaliação da execução do Projecto Educativo.

Assim, pretende-se que a avaliação a efectuar pelo Conselho Geral incida sobre a concretização dos objectivos e metas traçadas.

INTERVENIENTES	OBJECTIVOS/METAS A ATINGIR	AVALIAÇÃO
Alunos	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a combater o abandono escolar, para atingir tendencialmente a taxa de 0%; • Contribuir para manter e/ou melhorar a taxa de sucesso global; • Nas disciplinas com taxa de sucesso inferiores a 80%, melhorar em 1% o sucesso relativamente a 2005/2008; Contribuir para reduzir a diferença entre a avaliação interna e externa a Língua Portuguesa e Matemática de 6º e 9º anos. • Continuar a oferecer Formação diversificada; • Adequar estratégias aos alunos com necessidades educativas de carácter permanente; • Continuar a motivar os alunos para as aprendizagens; • Promover o gosto pelo saber e literacia • Levar os alunos a perspectivarem a escola como uma janela de oportunidades futuras; • Promover práticas de cidadania que conduzam ao cumprimento integral de regras de comportamento e estabelecimento de relações sociais saudáveis por parte dos alunos; • Cumprimento de regras no espaço escolar • Desenvolver hábitos e estilos de vida saudável por parte dos alunos; 	Cabe ao Conselho Geral aprovar o Projecto Educativo e acompanhar e avaliar a sua execução, de acordo com os instrumentos de avaliação que definir.
Encarregados de Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a Escola como modo de promoção social e cultural; • Incentivar os encarregados de educação/pais a participar nas actividades promovidas pela escola; 	



Docentes	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir formação nas áreas identificadas como deficitárias 	
Não Docentes	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir formação nas áreas identificadas como deficitárias 	

8. Operacionalização do Projecto Educativo

São documentos operacionalizadores deste Projecto Educativo:

- O Projecto Curricular de Agrupamento;
- Os Projectos Curriculares de Turma;
- O Plano Anual de Actividades.

Relativamente aos documentos acima elencados, estes serão elaborados com base neste P.E., respeitando uma estrutura já discutida e aprovada pelos Órgãos competentes do Agrupamento.

Quanto ao P.A.A., apresentamos o modelo de grelha a aplicar no próximo triénio que deverá contemplar actividades que consubstancializem este Projecto.



9. Legislação aplicável

1980 - Decreto-Lei nº 553/80, de 21 de Novembro – *Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo*

1986 - Lei nº 46/86, de 14 de Outubro – *Lei de Bases do Sistema Educativo*

1998 - *Proposta Global de Reforma*

1989 - Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro – *Ordenamento Jurídico da Autonomia das Escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.*

1991 - Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de Maio – *Ordenamento Jurídico da Direcção, Administração e Gestão das Escolas Básicas e Secundárias.*

1993 - Despacho 113/ME/93, de 23 de Junho – *Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação.*

1998 - Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio – *Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas dos Ensinos Básico e Secundário.*

1999 - Lei nº 24/99, de 22 de Abril – Alteração ao Decreto-Lei n.º 115-A/98.

2008 -Decreto-Lei nº 75, de 22 de Abril – *Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré -escolar e dos Ensinos Básico e Secundário*



10. Bibliografia

ALVES, J. M. (1993), **Organização, Gestão e Projecto Educativo das Escolas**, Lisboa: Edições ASA, 2ª edição.

BARROSO, J. (1992). "Fazer da escola um projecto", in Rui Canário (org.). **Inovação e Projecto Educativo de Escola**. Lisboa: Educa, pp. 17-55

BROCH, M. H. e CROS, F. (1992), "Elaborar um projecto de escola: sim, mas como?", in R. CANÁRIO (org.), **Inovação e Projecto Educativo de Escola**, Lisboa: Educa, pp. 135-173

CARVALHO, A. et al (1993), **A Construção do Projecto de Escola**, Porto: Porto Editora.

COSTA, J. Adelino (1991). **Gestão Escolar. Participação. Autonomia. Projecto Educativo da Escola**. Lisboa: Texto Editora.

LEITE, C., GOMES, L. e FERNANDES, P. (2001), **Projectos Curriculares de Escola e de Turma**, Porto: Edições ASA

MACEDO, B. (1995) **A Construção do Projecto Educativo de Escola**, Lisboa: IIE

MARQUES, R. (1998) **Professores, Famílias e Projecto Educativo**, Porto: Edições ASA, 2ª edição

ROCHA, A. P., (1998), **Projecto Educativo de Escola**, Porto: Edições ASA, 2ª edição.

TEIXEIRA, M. (1995), **O Professor e a Escola – Perspectivas Organizacionais**, Lisboa: McGraw-Hill.